

## Por uma historiografia da capoeira no Brasil

Oliveira, Josivaldo Pires de; Pinheiro Leal Luiz Augusto



A história da capoeira, por muito tempo, teve como referencial de investigação os trabalhos de memorialistas do século XIX e primeira metade do século XX, interessados nas tradições populares de matrizes africanas. Capoeiragem e capoeiras célebres, de Alexandre de Melo Moraes Filho, de 1893, A capoeira, de Lima Campos, de 1906 e Nosso jogo, de Coelho Neto, de 1928, são bons exemplos, aos quais se somaram os trabalhos dos baianos Manuel Querino e Edison Carneiro<sup>1</sup>. O estilo memorialista culmina com Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico, de Waldeloir Rego, publicado em 1968.<sup>2</sup>

Em seu livro, Rego utilizou como fonte de pesquisa depoimentos de alguns mestres da capoeira, a literatura memorialista dos acima referidos, romances da ficção brasileira e umas poucas notas de jornais, valendo-se, então, de sua erudição no tocante aos estudos da cultura afro-brasileira. O trabalho de Waldeloir Rego pode ser interpretado como a culminância da linha memorialista dos precursores na arte do fazer a historiografia da capoeira no Brasil. É sobre este fazer que trataremos neste capítulo.

A partir da década de 1960, alunos e simpatizantes dos velhos mestres da capoeira produziram uma importante bibliografia sobre suas experiências e percepções, constituindo-se em material indispensável para a investigação dessa prática cultural. Nesse sentido, as pesquisas de Jair Moura e Frederico José de Abreu provocaram inquietações nos pesquisadores, apontando a possibilidade da reconstituição histórica da capoeira em diferentes partes do Brasil.

Em meados dos anos de 1960, a historiadora Mary Karasch, pesquisando no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, encontrou uma vasta documentação sobre a capoeira praticada por cativos na Corte imperial, o que em estudos posteriores foi denominado como “capoeira escrava”<sup>3</sup>. Estas fontes estavam reunidas no Códice 403, um livro de registro das prisões diárias, onde a maior reincidência era a prática de desordem pública e seus principais agentes eram os capoeiras.<sup>4</sup> Os resultados dessa pesquisa vieram a tona com sua tese de doutoramento defendida na Universidade de Winsconsin, EUA, em 1972 e publicada em 1987, em língua inglesa.

A documentação encontrada por Karasch passou, a partir de então, a ser explorada por historiadores brasileiros que encontraram, depois, outras séries documentais de mesmo valor. Essa documentação foi utilizada, também, por Leila Mezan Algranti em *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)*.<sup>5</sup>

Alguns dos mais importantes títulos da historiografia da escravidão fizeram, direta ou indiretamente, referência aos capoeiras. Entretanto, a identificação destes agentes culturais nos arquivos policiais e judiciários foi explorada de forma mais objetiva pelos pesquisadores interessados diretamente pela prática da capoeiragem. Porém, começaremos por dois precursores nessa experiência que não dedicaram suas teses à capoeiragem, mas ofereceram importantes caminhos para pesquisas ulteriores. Trata-se de Thomas Holloway e Marcos Luiz Bretas.

Ao estudar a relação entre o sistema policial e a sociedade urbana, no Rio de Janeiro do século XIX, Holloway refletiu sobre a representatividade dos capoeiras neste universo. Por mais que o foco de seus estudos não tenham sido os capoeiras, o contato com as fontes de arquivos policiais e judiciários (acreditamos que também fora guiado pela experiência de Mary Karasch) lhe rendeu a elaboração de um artigo intitulado de *O “saudável terror”: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX*. Afirma o autor:

As muitas tentativas de reprimir os capoeiras dão uma ideia da persistência do fenômeno e sugerem a importância da capoeiragem como contestação ao sistema de controle social dentro do submundo dos escravos e seus aliados nas camadas baixas da sociedade urbana<sup>6</sup>

É evidente a preocupação de Holloway em entender as relações escravistas a partir do “submundo dos escravos”, trazendo

à tona a teia de relações entre esses e seus aliados e o poder instituído, este último representado pelas autoridades policiais. O interesse pelos estudos das relações existentes no universo das “camadas baixas da sociedade urbana” sugere uma abordagem diferente daquela realizada até então.

Holloway ampliou a possibilidade de pesquisas sobre o tema da capoeira, a partir da documentação desses arquivos. Com isso, foi possível recuperar esses agentes históricos das “quase pés-de-página da historiografia”, na feliz expressão de Marcos Luiz Bretas. Em seu artigo intitulado *O império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras*, Bretas traz uma preocupação crucial para pensar a pesquisa sobre o tema. Segundo ele, esses quase pés-de-página da historiografia servem para preservar alguns pequenos mitos em torno da figura do valente capoeira e do “herói branco”.<sup>7</sup>

Quando o tema periférico se transforma no objeto da atenção, um problema se revela: quem são esses heróis? Mesmo sem um exaustivo levantamento das fontes porventura existentes, é possível comentar alguns problemas na imagem construída de capoeiras e seus repressores.<sup>8</sup>

Utilizando os registros da Casa de Detenção e notícias publicadas em jornais de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro, Bretas reconstituiu o universo da repressão, nos primeiros anos da República, ação que teve como responsável maior o recém empossado chefe de polícia, inimigo histórico dos capoeiras, o Dr. Sampaio Ferraz. Sobre as primeiras prisões, Bretas afirma que em uma semana de serviço, o chefe de polícia encarcerou 111 capoeiras entre os distritos de Sacramento, Engenho Novo e o bairro da Glória<sup>9</sup>. Nesta última localidade, estava organizada uma das mais poderosas maltas de capoeiras que atuou na capital federal no fim do século XIX<sup>10</sup>, conhecida como Flor da Gente ou Flor da minha Gente, que “teve papel decisivo na vida política do Rio de Janeiro durante os anos de 1870, a serviço do Partido Conservador”.<sup>11</sup> Bretas conseguiu mapear o universo de prisões dos capoeiras no início da República, além de construir o diagnóstico social dos mesmos: “A imagem dos capoeiras é a reprodução das muitas faces da pobreza. Desfilavam cegos, pernetas, escrofulosos, todos reunidos sob o manto igualitário e discriminador de capoeiras”.<sup>12</sup>

A repressão respaldada pelo Código Penal de 1890 daria fim, de uma vez por todas, a esses degradados sociais, sentencia o autor. Ao finalizar o seu artigo, Bretas insinua que a vitória de Sampaio Ferraz garantiu que o Rio de Janeiro do século XX ainda convivesse com diversificada

massa urbana, mas não era, segundo ele, mais lugar para capoeiras.<sup>13</sup> Entretanto, outros estudos evidenciam que os “temidos capoeiras” ainda incomodariam e conquistariam, inclusive, o seu lugar de protagonistas nos motins na capital da República.<sup>14</sup>

A perseguição aos capoeiras na capital federal, no início da República, foi investigada de forma mais minuciosa por Luiz Sérgio Dias em *Quem tem medo de capoeira?* Seu estudo privilegiou o ápice da repressão aos capoeiras na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o autor, a violenta repressão contra as camadas populares, após a Revolta da Vacina, pode ser considerada como o último grande golpe contra a capoeiragem na capital federal.<sup>15</sup>

Utilizando pressupostos da história social inglesa, aplicados à realidade brasileira, a exemplo dos conceitos de “turba”, extraído das reflexões de Hobsbawm em *Rebeldes primitivos*, e “classe social” elaborado por Thompson, da forma como aparece no já citado prefácio de *A formação da classe operária inglesa*, Dias abordou a desarticulação da capoeiragem nos primeiros anos da República, considerada por ele como “prática de origem negra organizada” e, para tal, buscou compreender o universo da violenta repressão desencadeada neste período.

Neste trabalho, a literatura foi uma das principais referências e inspiração do tema. Segundo o autor, a ideia de estudar a capoeiragem no Rio de Janeiro ocorreu a partir de leituras de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, publicado pela primeira vez em 1890, portanto, sugestivo para o recorte escolhido para sua pesquisa. Não foi com outra intenção, senão a de justificar a importância desse romance, que Sérgio Dias introduziu o seu texto comentando a leitura do referido romance.

A literatura foi, então, incorporada ao repertório de fontes da história social nos estudos sobre capoeiragem no Brasil. Os historiadores se tornaram exímios leitores dos romances e crônicas e da própria crítica literária, buscando historicizá-las, “inserir-las no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social” <sup>16</sup>. É papel desse leitor atento, destrinchar não a suposta autonomia da literatura em relação à sociedade e sim a forma como ela (e/ou os autores) constrói (constroem) a relação com a realidade social. É importante destacar que o historiador não se torna um crítico literário e sim um atento leitor das obras e um questionador da crítica.

Nos trabalhos de Carlos Eugênio Libano Soares, Antônio Liberac Cardoso Simões Pires e Luiz Augusto Pinheiro Leal, a literatura não só representa fonte potencial, como também aponta para séries documentais ainda pouco ou praticamente nada exploradas na pesquisa histórica sobre o tema. Exemplo disso são os processos-crime movidos contra os capoeiras, tanto no que diz respeito à transgressão por vagabundagem, por lesões corporais e, até mesmo, por crime de capoeiragem. Esses fatos são insinuados nos romances e crônicas, assim como nas notícias de jornais.

Em *Negregada instituição* e *A capoeira escrava no Rio de Janeiro*, Libano Soares, atento às experiências teóricas e metodológicas de praticantes da história social como Natalie Davis, E. P. Thompson e Carlo Ginsburg, estudou os capoeiras a partir de rituais, costumes e símbolos culturais que permeavam a vida social destes indivíduos. Utilizando a documentação policial, judiciária e notícias de jornais, reconstituiu o cotidiano dos capoeiras escravos e libertos, assim como estrangeiros que, no universo das ruas da cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX, apareciam em cena juntamente com prostitutas, malandros, estivadores e policiais.<sup>17</sup>

Na primeira metade do século XIX, esses agentes preenchiam as ruas, as páginas policiais dos periódicos e dos livros de matrícula da Casa de Detenção da capital federal, compondo a massa urbana, mas também participando das rebeliões e levantes ocorridos neste período.<sup>18</sup> Segundo o autor, até meados de 1800, a prática da capoeira era predominantemente africana. Suas estatísticas mostram as origens mais genéricas dos presos por capoeira ou por pertencerem a maltas de capoeiras.

Mais de 70% são africanos, mas se levarmos em conta que possivelmente grande parte daqueles de origem desconhecida são brasileiros (não esquecendo os comprovadamente crioulos), não podemos afirmar que a capoeira é uma atividade exclusivamente africana. Na realidade, nos

parece que ela é fruto da combinação de tradições africanas dispersas, com “invenções” culturais crioulas.

Observando o conjunto dos dados do Códice 403 vemos que 72,6% dos presos são africanos (71,9% escravos e 0,7% libertos). Desta forma, a proporção de africanos e-tre os capoeiras é mais ou menos semelhante ao conjunto de africanos presos, dentro de uma margem mínima, o mesmo ocorrendo com os nascidos no Brasil (26,7%). Mas, de qualquer forma, uma presença africana mais forte que o normal.<sup>19</sup>

Com esses dados no período, o autor não só demonstra serem os africanos predominantes na capoeira, como aponta também a possibilidade de que essa prática cultural tem origem nas “tradições africanas” em combinação “com ‘invenções’ culturais crioulas”. Assim como a polêmica da origem, duas das mais importantes contribuições de suas pesquisas foram o mapeamento geográfico das etnias (quando possível) desses capoeiras e a formação histórica das maltas, que é tratada de forma mais detalhada em *Negregada instituição*.<sup>20</sup>

Na mesma perspectiva de Libano Soares, utilizando inclusive a mesma orientação metodológica e o mesmo referencial teórico, Antônio Liberac Cardoso Simões Pires estudou a capoeira no universo das relações raciais e criminalidade na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República. Utilizando registros policiais, processos-crime, jornais e a literatura da época, o autor enfocou os personagens que foram alvo da repressão implementada pelo governo provisório, quando teve como destaque a “campanha da repressão” liderada pelo chefe de polícia Sampaio Ferraz.<sup>21</sup>

O início da República, período privilegiado pelos estudos da capoeiragem, foi tomado como marco temporal de investigação. Em 1890, com a criação do Código Penal da República, os artigos 402, 403 e 404, que criminalizavam a prática da capoeira, motivaram um número considerável de processos crimes na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o autor:

A partir desses artigos a capoeira foi cerceada e punida, mesmo que sob a forma de simples demonstração pública. No entanto, essa periodização não é rígida e se estabelece orientada pela documentação principal que são os processos crime referentes aos presos por capoeira. Esse tipo de fonte sustenta os principais argumentos da tese sendo acompanhada por fontes de outra natureza.<sup>22</sup>

O outro recorte temporal não menos especulado pelos pesquisadores do tema e privilegiado por Antônio Liberac Pires foi 1937, ano em que a capoeira era permeada por símbolos étnicos, de nacionalidade e sua prática descriminalizada transformou-se em esporte, com a organização de academias para o seu ensino. Essas questões foram abordadas em *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*, de Letícia Vidor de Souza Reis. Neste trabalho, a autora discute a metamorfose dos símbolos étnicos em símbolos de nacionalidade, no contexto da descriminalização da prática da capoeira (1937), quando esta deixa de ser considerada entrave para o desenvolvimento da nação e passa a ocupar o lugar de “ginástica nacional” ou “esporte brasileiro”.<sup>23</sup> Entretanto, o cerne em *História* - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

A década de 1930 representa um período que muito chamou a atenção dos pesquisadores. Foi palco de muitas transformações no universo da capoeira no Brasil, objeto de investigação de Luiz Renato Vieira em seu livro *O jogo da capoeira: corpo e cultura popular no Brasil*.<sup>25</sup> O autor discute como, nesse período, a capoeira sofreu alterações em sua forma “ritual” e “gestual”, passando por um intenso processo de transformação simbólica. A partir da bibliografia especializada, da literatura e cânticos da capoeira, Renato Vieira investiga as relações estabelecidas entre a “política e o campo da cultura durante a era Vargas, através do estudo das transformações ocorridas no âmbito ritual e gestual da capoeira”.<sup>26</sup> *jogo da capoeira: a reinvenção das tradições*, data de 1993 e se trata de dissertação mestrado, defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. A autora parte do conceito de “tradições inventadas”, de Eric Hobsbawn, para entender a reelaboração da capoeira na década de 1930. Enquanto Luís Renato Vieira utiliza a expressão “modernização

cultural”, Letícia chama de “esportização” ao mesmo fenômeno de transformação pelo qual passou a capoeiragem nas primeiras décadas do século XX, tendo início na capital baiana.

A historiografia sobre o tema até a década de 1990 ainda encontrava algumas dificuldades do ponto de vista da análise comparativa entre as deferentes regiões brasileiras, a exemplo da Bahia e do Pará, estados que têm sido, nos últimos anos, contemplados pela historiografia da capoeira no Brasil.

Em *A capoeira na Bahia de Todos os Santos*, Antônio Liberac Cardoso Simões Pires, teve que traçar caminhos de investigação diferentes daqueles experimentados no Rio de Janeiro. 27 O artigo 402 do Código Penal, por exemplo, produziu uma grande quantidade de fontes na capital federal, porém, na Bahia, não foi encontrado, até o momento, nenhum caso que nele se enquadrasse. Para identificar os capoeiras baianos, o autor rastreou os termos “capadócio”, “valentões”, “bambas”, “navalhistas”, entre outros, os quais, segundo ele, “podem ser observados como referências produzidas pelas visões dos diversos grupos sociais sobre a ‘cultura da capoeiragem’”<sup>28</sup>

Reconstituindo o cotidiano dos estivadores, carregadores, peixeiros e sapateiros, envolvidos em conflitos com policiais, marinheiros e outros “populares” nas ruas de Salvador, reconheceu os capoeiras como “valentes e desordeiros”, recorrendo à descrição dos golpes utilizados nas brigas e arruaças, constantes nos registros para a caracterização do que chama o autor de “cultura da capoeiragem”.

As pistas deixadas pelo trabalho de Antônio Liberac Cardoso Simões Pires permitiram, a partir de uma leitura minuciosa de seu texto, adentrar o universo dos capoeiras baianos. Estas pistas podem ser encontradas em outros trabalhos, sinalizando a possibilidade da pesquisa sobre os capoeiras em regiões ainda pouco exploradas. Este foi o caso da história da capoeira na capital baiana na Primeira República.

O caminho utilizado por Antônio Liberac Pires, nas primeiras décadas republicanas, para encontrar os capoeiras na cidade do Salvador foi de grande contribuição para a realização de pesquisas desenvolvidas junto ao programa de Pós-graduação do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia. Essas pesquisas correspondem respectivamente ao livro *No tempo dos valentes: os capoeiras na cidade da Bahia*, publicado em 2005, e *Mandinga, manha & malícia: uma história sobre os capoeiras na capital da Bahia (1910-1925)*, publicado em 2006.<sup>29</sup>

Na obra *No tempo dos valentes* é analisado o universo das ruas no cotidiano dos capoeiras, evidenciando questões como territorialidade social, capangagem política e estratégias de resistência cultural dos capoeiras em Salvador, na Primeira República. *Mandinga, manha e malícia* se encarrega de evidenciar, neste mesmo universo, outros aspectos do cotidiano desses capoeiras, a exemplo dos valores simbólicos que giram em torno da mandinga da vadiagem, do jogo, do espetáculo mágico da capoeira baiana. Esses trabalhos, juntamente com o de Antônio Liberac Pires, lançaram mão de uma metodologia que possibilitou a realização da pesquisa histórica intensamente documentada sobre os capoeiras baianos, nas primeiras décadas do século XX, realidade até o então duvidosa.

Em *Retrato em branco e negro*, Lilia Schwarcz afirma ter existido em São Paulo uma “verdadeira campanha contra esse ‘jogo’ que,

Salvador: Quarteto, 2005, DIAS, Adriana Albert. *Mandinga, manha e malícia: uma história sobre os capoeiras na capital da Bahia (1910-1925)*. Salvador: EDUFBA, 2006.

sempre segundo os jornais, levava a incidentes às vezes fatais”.<sup>30</sup> A autora faz referência a uma nota publicada pelo jornal *Província de São Paulo*, no final do século XIX, que registra um assassinato, segundo o articulista, ocorrido em consequência de um jogo de capoeira. Eis aí uma pista que precisa ser explorada pelos pesquisadores, se ainda não o foi, para recuperar os capoeiras da cidade de São Paulo do século XIX dos “pés de página da historiografia”. Foi justamente este o resultado da pesquisa de Luiz Augusto Pinheiro Leal sobre os capoeiras em Belém do Pará.<sup>31</sup>

Luiz Augusto Leal não foi o primeiro a desenvolver pesquisa histórica sobre os capoeiras no Pará de finais do século XIX e início do XX. Um importante levantamento sobre eles em notícias de jornais paraenses já havia sido realizada por Vicente Sales em *A defesa pessoal do negro: a capoeira no Pará*.<sup>32</sup> Todavia, Luiz Augusto Leal amplia as possibilidades de fontes e metodologia, apropriando-se dos inquéritos e ocorrências policiais, processos criminais e legislação, artigos de jornais e obras literárias.

Nessa documentação, principalmente nas notícias de jornais, os capoeiras aparecem citados como capangas de políticos poderosos e associados à vagabundagem e à desordem pública. Na ausência e/ou carência do termo “capoeira”, este foi o caminho que percorreu o autor para investigar os capoeiras nos primeiros anos do Pará republicano.

Não escapou aos historiadores identificar em suas pesquisas os capoeiras relacionados à criminalidade das ruas, vinculados à vagabundagem, às práticas de capangagem política nas diferentes sociedades. Identificaram-se também, nestes estudos, os capoeiras manifestando identificações culturais diferenciadas. No Rio de Janeiro, o capoeira se confundia com o malandro, tipo social do samba carioca. Em Belém do Pará, os capoeiras se confundiam com os não menos valentes mestres do Boi-Bumbá. Em Salvador, se destacava o universo da religião afro-brasileira, encontrando em muitos capoeiras seus Ogãs de sala e obedientes filhos de santo. Pois, foi como consequência dessa experiência histórica que a capoeira se tornou símbolo de nacionalidade, juntamente com outras manifestações da cultura afro-brasileira, a exemplo do samba e do carnaval. E assim se tem constituído no Brasil uma historiografia para capoeira.

Notas:

1 Respectivamente: MORAIS FILHO, Alexandre de Melo. *Capoeiragem e capoeiras célebres*. In: \_\_\_\_\_. *Festas e tradições populares no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1979, CAMPOS, Lima. *A capoeira*. Kosmos Revista Artística, Científica e Literária, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, mar. 1906, COELHO NETO, Henrique Maximiano. *Nosso jogo*. In: \_\_\_\_\_. *O bazar*. Porto: Livraria Chandron, 1928, QUERINO, Raimundo Manuel. *A capoeira*. In: \_\_\_\_\_. *Bahia de outrora*. Salvador: Livraria Econômica, 1916 e CARNEIRO, Edson. *Capoeira de Angola*. In: \_\_\_\_\_. *Negros bantos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

2 REGO, Waldeloir. *Capoeira angola: ensaio sócio-etnográfico*. Salvador: Itapoã, 1968.

3 “Capoeira escrava” foi a denominação utilizada por Carlos Eugênio Soares para identificar a capoeira praticada nas primeiras décadas do século XIX. Ver: SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A capoeira escrava no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 1998. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

4 KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

5 ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988. p. 164 -172. Em seu trabalho a capoeira é citada como um “padrão de criminalidade escrava” no início do século XIX, no Rio de Janeiro. cial dentro do submundo dos escravos e seus aliados nas camadas baixas da sociedade urbana

6 HOLLOWAY, Thomas. *O saudável terror: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX*. Revista de Estudos Afro-Asiático, n. 16, p. 130, 1989.

7 BRETAS, Marcos Luiz. *O império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras*. Revista de Estudos Afro-Asiáticos, n. 20, p. 240, 1991. O capoeira, segundo o autor, seria o “pilar da resistência cultural do negro”, ao tempo em que o “herói branco” era o chefe de polícia que contrariou os poderosos e resolveu um dos problemas da cidade: o problema dos capoeiras.

8 BRETAS, M. L. *O império da navalha e da rasteira*. 1991. p. 240.

9 Ibid., 250.

10 Malta era a denominação de grupos de capoeiras que se organizavam em limites geográficos constituindo assim territórios políticos e sociais. Sobre as maltas no Rio de Janeiro ver: SOARES, Carlos Eugênio Libano. A negregada instituição: os capoeiras na corte imperial, 1850-1890. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999. Precisamente o capítulo intitulado: Dos nagoas e guaiamus: a formação das maltas.

11 SOARES, Carlos Eugênio Libano. A negregada instituição, p. 77.

12 BRETAS, M. L. O império da navalha e da rasteira. 1991. p. 240, 244.

13 BRETAS, M. L. O império da navalha e da rasteira. 1991. p. 253.

14 Um exemplo desses motins foi a Revolta da Vacina da qual participaram muitos capoeiras. Sobre essa questão ver CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 91-139.

15 DIAS, Luiz Sérgio. Quem tem medo de capoeira? 1890-1904. 1993. 227f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 4.

16 CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (Org.). A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7.

17 SOARES, C. E. L. A capoeira escrava no Rio de Janeiro. 1998.

18 SOARES, C. E. L. A negregada instituição, 1999. Ver especialmente o capítulo intitulado De motins e revolução: os capoeiras e os movimentos políticos de rua.

19 SOARES, Carlos Eugênio Libano. A capoeira escrava no Rio de Janeiro, 1998. p. 66.

20 Ver: SOARES, Carlos Eugênio Libano. Dos nagoas e guaiamuns: a formação das maltas. In: \_\_\_\_\_. A negregada instituição. 1999.

21 PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. A capoeira no jogo das cores: criminalidade, cultura e racismo no Rio de Janeiro (1890-1937). 1996. Dissertação (Mestrado

22 Ibid., p. 3.

23 REIS, Leticia Vitor de Sousa. O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil. Rio de Janeiro: Publisher, 1997. O trabalho original da autora, intitulado Negros e brancos no de sua pesquisa é a capoeiragem paulista, procurando entender as ações de grupos de capoeira que, segundo a autora, tinham o objetivo de completar a obra de “civilizar a capoeira” iniciada nas primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro, pauta dos debates memorialistas deste período. Tais projetos tinham o intuito de transformar a capoeira definitivamente no esporte nacional ou, como queriam os capoeiras paulistanos, na “arte nacional brasileira”.<sup>24</sup>

24 REIS, L. V. S. O mundo de pernas para o ar. 1997. p. 155-175.

25 VIEIRA, Luis Renato. O jogo da capoeira: corpo e cultura popular no Brasil. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

26 Ibid., p. 6.

27 PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. A capoeira na Bahia de Todos os Santos: um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890 – 1937). [Palmas]: NEAB, 2004.

28 Ibid., p. 31.

29 OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. No tempo dos valentes: os capoeiras na cidade da Bahia.

30 SCHWARCZ, Lília Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 230.

31 LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. Deixai a política da capoeiragem gritar: capoeiras e discursos de vadiagem no Pará republicano (1888-1906). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

32 SALLES, Vicente. A defesa pessoal do negro: a capoeira no Pará. Brasília, 1994.